

ENTREVISTA COM O PROF. FIRMINO FILHO PREFEITO DE TERESINA PELO PSDB

IE: Existe um discurso entre economistas que diz ser político o principal problema do Brasil. Por outro lado, os políticos afirmam que os graves problemas nacionais são econômicos. Como o senhor analisa esta questão?

PFF: Esta pergunta parece muito simples. Todavia existe por traz dela uma complexidade enorme. Nós sabemos que o Brasil não é o país dos nossos sonhos. Convivemos com graves problemas sociais e econômicos, fortes desigualdades, uma miséria muito grande, isto é, com um nível de qualidade de vida muito abaixo do desejado para a grande maioria da população. A primeira pergunta que nós nos fazemos é: Quem é o mordomo? Quem é o culpado de tudo isso? E para isso, é necessário conhecer a história econômica brasileira. Todo o pacote de história que nos trouxe essa realidade de hoje. O fundamental é que façamos alguma coisa no presente, ou seja, diante dessa realidade. Essa realidade nos induz para o inconformismo. Nos revoltamos contra as injustiças presentes e temos que propor alguma solução. Não apenas no discurso, mas alguma coisa concreta. Esse é o desafio para os políticos e para os economistas. Não somente para o político e o economista; mas para o judiciário, o executivo, o legislativo, a União, o Estado, e os Municípios. Porque, na realidade, o problema é de todos e o culpado e o inocente somos todos nós. O bloco histórico envolve todos nós. A partir desses fatos é que devemos desenvolver uma capacidade de interferir na nossa realidade e, nós economistas, temos um papel importante nisso: oferecer alternativas para a sociedade que possibilitem e permitam uma política que melhore a qualidade de vida das pessoas.

IE: O senhor foi Secretário de Finanças e atualmente é o Prefeito de Teresina. Em qual das duas atividades o senhor encontrou maior dificuldade para executar as suas funções?

PFF: O secretário tem 90% de poder e 10% das responsabilidades do prefeito. O cargo de secretário oferece

mais possibilidades do que limitações. Na verdade, o cargo de prefeito é muito mais complicado, porque o nosso sistema personaliza muito. Então, as cobranças não são institucionais, são pessoais ao prefeito. Você tem que conquistar concretamente a solidariedade e este compromisso com a cidade. Atualmente, se vive numa máquina estatal que é muito limitada do ponto de vista financeiro, do ponto de vista legal, do ponto de vista administrativo. Acho que o secretário tinha muito do poder do prefeito mas, não tinha muito das responsabilidades, das cobranças do cargo. Então minha vida como secretário era menos estressante.

IE: Quanto ao problema da segurança na cidade, da quase guerra civil que presenciamos no nosso cotidiano, sempre se coloca como solução o aparelhamento da policia. Existe porém o outro lado. A questão social, o desemprego, que vem se agravando nessas últimas décadas. Como a sua administração encara este impasse?

PFF: O município tem recebido várias funções ao longo do tempo. No período da ditadura, tivemos uma centralização muito forte no âmbito federal, onde a burocracia de Brasília conseguiu reformar o Estado Brasileiro. Ao longo do processo de democratização tivemos uma descentralização do poder e maior legitimidade, principalmente no município. Hoje, os municípios respondem por mais funções. Recebeu a municipalização do SUS, do trânsito, da saúde, da assistência social, da segurança pública. A operação desmonte, que foi discutida nos anos 80, aconteceu de uma forma meio desordenada. Os municípios receberam responsabilidades múltiplas e, apesar de terem recebido, no início, uma boa dose de recursos da Secretaria de Fazenda, estão chegando a seu limite. Uma das tensões no município é justamente a questão da segurança. Porque eu digo tensão? Porque a Constituição Federal diz que segurança pública é uma questão do Estado e da União. Todavia, cabe ao município tão somente a possibilidade de criar uma Guarda Municipal para cuidar de seu patrimônio próprio

ou seja, a prefeitura não é responsável pela segurança pública. Moral da história: as prefeituras vivem o problema urbano da violência, e da falta de segurança. Tem obrigação política com isso, então, atua solidariamente apoiando a Polícia civil e a Polícia Militar com a doação de veículo, de terreno, reforma de delegacias. Ocorre que para que a prefeitura tenha condições de oferecer segurança pública, surge a necessidade de viabilizar recursos suficientes para bancar uma segurança compatível com a necessidade da cidade. Política na linha da responsabilidade fiscal.

IE: Sobre a questão da segurança, existem graves problemas que precisam ser resolvidos: a questão social, viabilizar e valorizar a Ética, valores na sociedade que precisariam ser reintroduzidos.

PFF: As duas coisas são excludentes, possuem dimensões distintas. A política mais correta, até do ponto de vista econômico, é justamente a preventiva. No ponto de vista da segurança, é importante atuar de forma a prevenir a realização dos crimes, dos delitos, das contravenções. E esta política passa a ser social, política repressora. É necessário realizar algumas atitudes de forma repressiva, de forma emergente com o objetivo de controlar a situação. Você não pode fazer saúde preventiva dizendo no hospital: "Olha, a partir de hoje não vamos mais atender ninguém que está doente!". Não existem condições morais para você tomar atitudes radicais. Então, temos que mesclar atitudes de cura com atitudes preventivas. Uma política mais social e uma política mais repressiva, que é uma política de força, de segurança.

IE: Diante de todas as questões sociais e políticas da economia brasileira e frente ao contexto da década de 90, na sua opinião, o Estado precisaria ser reforçado ou deve ser retirado da nossa economia?

R- A questão do Estado, no meu ponto de vista, não pode ser enca-

O prefeito Firmino Filho é professor do Departamento de Economia /UFPI. Afastado do ambiente acadêmico para assumir a prefeitura de Teresina, prof. Firmino discorre sobre economia, questões fiscais e tributárias, segurança e universidades. O espaço restrito nos força a publicação de somente alguns dos tópicos levantados pelo prof. Samuel Costa nesta entrevista concedida ao

INFORME ECONÔMICO. A transcrição das fitas foi realizada pelas alunas do Curso de Comunicação Social/UFPI, Fábria Adriana Vieira e Sileli Rocha.

Confira !

carada de maneira ideológica. Não precisamos de um Estado nem maior nem menor, precisamos de um Estado melhor. Um Estado que faça melhor saúde, melhor educação, cuide melhor das estradas, que cuide melhor da universidade. O formato para se conseguir esse objetivo depende da criatividade, depende da nossa cultura. Precisamos ter flexibilidade para recriarmos um Estado que seja eficiente tanto em termos econômicos, quanto em termos sociais. Seja também em termo de abertura da máquina do Estado. A grande questão não é diminuir o Estado, é fazer um Estado melhor. Acho o processo complicado, na medida que esta discussão vai para o terreno ideológico, tanto do ponto de vista dos liberais quanto do ponto de vista dos mais intervencionistas. Temos que analisar a questão da eficiência. Qual o objetivo do Estado? O Estado tem obrigação de prestar um serviço educacional de qualidade para todas as crianças? Então, vamos ver um formato que leve o Estado a atingir esse objetivo. Questão da saúde: qual o objetivo do Estado? Gerar serviços de saúde para todos e de qualidade? Então, vamos ver qual o formato possível, dentro de nossas limitações, para implementação e dessa forma criar várias vertentes. Não devemos ter, qualquer tipo de preconceito, nem na esquerda nem na direita. Nós temos obrigação de buscar a racionalidade, a intervenção do Estado dentro da sociedade.

IE: Como o Senhor analisa a Lei De Responsabilidade Fiscal?

PFF: Teresina, felizmente, não tem nenhum tipo de problema à curto prazo. Temos ainda algum tempo para nos adequarmos aos novos parâmetros, mas a curto prazo não existe nenhum tipo de dificuldade na implementação. Tenho, entretanto, um sentimento contraditório em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal. Por um lado, é importante que a gente tenha a garantia de um equilíbrio. Uma maior saúde financeira para os municípios, para os Estados, para a própria União. É importante tentar criar parâmetros que garantam as solvências dos Estados, dos Muni-

cípios, da União. Por outro lado, nos preocupa muito o fato de termos uma lei que estabeleça parâmetros únicos definidos para diferentes cidades, para diversos Estados, ou seja, a partir de Brasília, temos decisões que devem ser seguidas e que diz exatamente quanto o município deve investir em pessoal. Só um exemplo para mostrar o quanto essa lei pode trazer complicações. Suponhamos que determinada cidade resolva investir somente em educação. Quer garantir que exista educação para todos e de qualidade. Tem que pagar bem o professor, construir boas escolas, tem que ter carteira, tem que ter merenda escolar, tem que ter material para tal. Quem trabalha com escola sabe que mais de 80% do gasto é com pessoal. Na pior das hipóteses o município vai estar fora da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, aquela pequena cidade, aquela média cidade, não poderia ter optado apenas por educação. Ela teria que optar por educação e um outro serviço, que fosse menos intensivo em mão de obra para poder se adequar à Lei de Responsabilidade Fiscal. Se essa cidade optar por educação e saúde também, dificilmente, vai poder se adequar à Lei. Ela teria que optar por outras funções que utilizem menos mão-de-obra. Estamos colocando em reflexão a existência de parâmetros, colocar limitações na locação de recursos. Esse fato cria uma dificuldade muito grande para o administrador. A legislação preocupa-se com o meio e esquece do fim. O fundamental é que você preste um serviço de boa qualidade. É fundamental que você tenha educação para todos, saúde para todos, ensino de qualidade. Ao invés de nos mostrar os meios, de dizer quanto eu tenho que aplicar em educação, saúde, em pessoal, em pagamentos de dívidas, não adianta eu ficar me preocupando com o fundamental. Enquanto a gente está discutindo se o governo gasta 50%, 65%, 70%, a fila no hospital continua. Temos que mudar o enfoque do Estado brasileiro. Ao invés de nos preocuparmos com o meio, com o orçamento, com o estatuto, com os recursos, temos que nos preocupar

com o resultado completo e efetivo. Quantas crianças estão na sala de aula? Essas crianças estão aprendendo alguma coisa? É necessário existir um Tribunal de Contas e de Resultados porque não adianta você ter um Estado que legalmente se comporta bem, e não produz os resultados efetivos. Mesmo se as conta estão todas aprovadas, você pode estar diante de uma administração absolutamente medíocre, que não faça nada, que não constrói nada, que faça boa prestação de serviço. A nossa cultura ainda é lusitana. Criamos um Direito muito detalhista, uma burocracia muito dominante e asfixiante. Esse tipo de concentração dos meios faz com que a gente esqueça os fins. É um desafio muito grande mudar a forma de pensar o Estado.

IE: Qual a sua análise sobre a Reforma Tributária?

PFF: Existem duas formas de se fazer uma reforma. De forma autoritária, como foi feita de cima para baixo. Você chama a via de técnica, bate o martelo, faz-se uma coisa do ponto de vista técnico, mas coloca-se outro sistema em andamento. A segunda forma é a democrática, onde você tem que ouvir todas as partes envolvidas e criar um consenso para levar essa reforma adiante. O que acontece na Reforma Tributária, especialmente em Brasília, é que você tem tantos interesses conflitantes que não tem espaço para construir um consenso. De um lado você tem a sociedade que quer pagar menos imposto e quer um sistema tributário mais simples. Do outro lado, você tem o Estado que é dividido em várias fatias: a União, o Estado e os municípios. Essas fatias conflitam entre si, a União vive criando formas de não transferir recursos para o Estado e municípios. Os Estados tentam de alguma forma não transferir recursos para os municípios, e os municípios ficam no final da cadeia. Existem ainda permeando a sociedade os conflitos internos. Os empresários querem menos impostos para as empresas. A classe média quer menos imposto

sobre renda e a grande massa, que paga uma grande carga tributária, não se mobiliza porque o imposto que ela paga não vê. Ela não percebe porque são os impostos indiretos. Os conflitos são tão grandes que a União ainda não tem condições políticas de criar uma reforma tributária aceitável por todos os agentes envolvidos. Eu acho que ainda vai demorar muito tempo, o que é péssimo para o país, principalmente, tendo em vista as questões econômicas, com a globalização. As pessoas não gostam de pagar imposto brasileiro, existe uma tendência inerente ao processo de globalização que é da uniformização da estrutura tributária, ou seja, você vai competir, não em termos de quem tem mais ou menos imposto, você vai competir com os outros fatores, como a questão gerencial, como a questão tecnológica, mas não com imposto. É um contra-senso um país querer exportar imposto para outros países porque ninguém vai comprar. Isso está acontecendo no Brasil. A nossa vocação exportadora, que sempre existiu, está desaparecendo. Uma das suspeitas é de que nosso sistema tributário dificulta muito a capacidade de competir lá fora. O Brasil é um país fechado. É um País que apesar de todo aquele discurso exportador, nunca se abriu. Está entre os cinco ou seis países mais fechados do mundo. Você pode medir isso aí em qualquer relação entre importação, exportação e PIB. Então, precisamos ainda nos abrir e um dos passos importantes para isso é a Reforma Tributária. Quanto a essas reformas que estão sendo feitas, acredito que elas têm um *time* equivocado. A reforma necessária para o País é a Reforma Política, todas as outras são decorrentes. As próprias regras do jogo político determinam o resultado de todas as reformas que estão sendo feitas por aí. É justamente o nosso quadro político que não permite o consenso que viabilize a Reforma Tributária. Por que? Porque nosso sistema, em primeiro lugar, não fortalece o partido político, fortalece pessoas e o que é pior, faz com que o poder seja pessoal (poder pessoal e intransferível). Qual a decorrência disso? Elegemos pessoas que não têm base partidária para governar. Os dois últimos presidentes da República eleitos democraticamente se enquadram nesse processo. Não tinham base para governar e tiveram que fazer alianças com grupos de pessoas para poder governar. O pro-

jeto político do partido fica restrito em virtude da luta pela divisão de poder, por uma barganha de poder. Precisamos incentivar o fortalecimento dos partidos e a sua concentração. É complicado o desenvolvimento de uma democracia com dez, quinze, trinta, quarenta partidos. Aliás, o próprio povo está percebendo esse fato, e eleição após eleição, já está concentrando. Ocorre que esse processo de aprendizado pode demorar muito. Poderíamos através da legislação tentar de alguma forma preservar os partidos que fossem históricos e abreviar esse processo. Somente partidos fortalecidos defendem teses que são coletivas. As pessoas podem defender diferentes teses, então você não vai ter nunca a certeza de um compromisso, de um programa, da efetivação de um programa partidário quando uma pessoa chega ao poder. Ela chegou ao poder e, geralmente, chegou com vários partidos e não com um partido só. Além de fortalecer os partidos políticos, precisamos implementar a fidelidade partidária e acabar com essa brincadeira de trocar de partido como se troca de camisa. É um desrespeito ao eleitor, é um desrespeito à democracia que fatalmente provoca o enfraquecimento dos partidos políticos. Nós temos que criar o voto distrital de alguma forma. É importante que possamos diminuir a influência do poder financeiro sobre a eleição. Essa influência torna-se evidente nas eleições proporcionais, eleições para vereador, para deputado federal, deputado estadual. É muito forte a *força do dinheiro* nessas eleições. É uma forma de reduzir isso, seria ter financiamento público para as eleições (tese que eu concordo). Facilita e melhora muito a condição de competição de vários partidos que não tenham a estrutura financeira, principalmente os partidos, mais a esquerda, e ao mesmo tempo possibilita a realização de eleições. As eleições distritais são quase que majoritárias porque diminui a *força da grana* na eleição de um deputado distrital, por exemplo. Existe a necessidade, também, de rever posicionamentos. Particularmente sou parlamentarista. O Brasil vive hoje uma segunda questão que é importante. Definir o que o Brasil é. Se é presidencialista ou parlamentarista. Ou nós somos uma coisa ou outra. Não é da nossa tradição ser parlamentarista. Isso o povo já rejeitou no plebiscito. Mas se somos presidencialistas, temos que ter um modelo que seja presidencialista. Não pode-

mos aceitar que o Presidente da República fique cativo das forças que dominam o Congresso Nacional. Sabemos como é que essas forças operam no Congresso Nacional. O que elas fazem para se manter lá, ou seja, não é eleger um "Fernando" ou um "Luís" que resolve a situação, quer dizer, vamos continuar ainda "garroteado", pelo Legislativo...

IE: Com relação ainda a Reforma Tributária, o Senhor veria alguma chance de aumento de alíquota?

PPF: O grande dilema não é que a carga tributária seja alta. É que ela é desigualmente distribuída. O problema é que existem setores que pagam demais e setores que não pagam quase nada. Acho que o grande pacto que deve guiar essa Reforma Tributária é a luta pela redução de alíquotas, pela desburocratização, aliado ao aumento da base de arrecadação. O Brasil tem poucos fiscais. A Receita Federal tem seis, sete mil fiscais. É muito pouco. Aqui em Teresina, por exemplo, nós devemos ter doze Fiscais Federais. Só na prefeitura, existem aproximadamente quarenta fiscais do ISS. No Estado deve ter cento e sessenta, ou seja a União arrecada muito mais do que o Estado e Município. A União tem poucos Fiscais, ou seja, arrecada com Lei quando ela deveria arrecadar com fiscalização, indo atrás de quem está sonogando, desenvolvendo estratégias de combate à sonogação. Acho que esse é o grande passo: a redução de alíquotas, simplificação e aumento de fiscalização. Aumentar a base e aumentar a arrecadação e, ao longo do tempo, implementar de maneira eficaz a justiça tributária. E justiça tributária se faz com a redução dos impostos indiretos e elevação dos impostos diretos. Temos um preconceito muito grande no Brasil: gostamos do imposto que a gente não vê. Você não sente quando está comprando uma caneta, uma máquina, uma mesa.. Você está pagando ICMS, IPI, COFIS e tudo mais. Todavia quando o cidadão vai pagar o imposto de renda, o IPTU, uma vez por ano, sente uma facada no coração. Existe o preconceito contra os impostos que são visíveis e que são os impostos diretos. Do ponto de vista da justiça tributária são os melhores impostos, porque imposto direto você pode discriminar aqueles que ganham pouco, daqueles que ganham mais. Para aqueles que ganham mais, você pode discriminar qual é a alíquota e tratar de forma

desigual os desiguais. Porém, com os impostos indiretos, aqueles impostos que a gente não vê e que as pessoas acham que não existem, a gente trata igualmente todos os desiguais. Dessa forma, o homem mais rico da cidade, paga a mesma quantidade de imposto que o homem mais pobre da cidade. Paga quando vai comprar um quilo de arroz, um quilo de farinha. Precisamos desenvolver uma consciência cidadã em relação aos impostos. É importante que a gente veja os diversos impostos que estamos pagando. Quando o imposto é visto, podemos observar como é feita a distribuição das cargas tributárias entre as pessoas.

IE: O Senhor conseguiu se reeleger com um índice bastante elevado e com folga já no primeiro turno. Na sua administração, o Senhor colocou a população carente como principal beneficiado fazendo com que a conjuntura nacional deixe de ser importante. A idéia é essa?

PFF: A questão é muito mais administrativa, muito mais gerencial. As pessoas vêm na cidade problemas concretos. O que elas esperam da prefeitura do prefeito? Que enfrente esse problema. Já existe a consciência de que não podemos transformar uma cidade em quatro anos. É em uma utopia. Existe o conceito também de que a prefeitura tem que enfrentar os problemas. Então, o que temos que fazer? Em cada uma das áreas de atuação da prefeitura enfrentamos os problemas e mostramos resultados. Não acabamos com todos os problemas, mas enfrentamos e conseguimos alguns avanços. Se queremos uma cidade diferente, demonstramos e damos alguns passos importantes que nos leve a essa cidade diferente. Quando falamos sobre a cidade futuro, falamos da busca pela construção de um sonho. Ocorre que não estamos somente sonhando. Estamos a caminho desse sonho e temos a obrigação de mostrar que estamos a caminho. Como é que a gente mostra? Em cada uma das áreas temos que demonstrar que estamos trabalhando. Toda a população reconhece isso.

A eleição para prefeito é muito pouco ideológica, muito pouco baseada em projetos nacionais. Ela é baseada nas questões locais. Nessa última eleição municipal observamos isso. Os bons prefeitos que a população indicou, através de pesquisa de opinião pública como bons administradores, foram reeleitos. Havia uma suspeita de que a reeleição iria conduzir o prefeito automaticamente ao cargo, mas isso não aconteceu. A grande parte dos prefeitos que foram candidatos à reeleição, perderam. Grande parte não teve nem condições morais ou políticas de se candidatar à reeleição. A população está preocupada com o gerenciamento da cidade, a administração dos problemas. Enfim, es-



tá preocupada com a educação, com o trânsito, com o transporte, com a crianças. São questões concretas administrativas, que a população quer que sejam enfrentada à curto prazo.

IE: Em 1999 o curso de economia da UFPI obteve nota B no Provão e em 2000, nota A. Qual é a sua opinião sobre esses resultados?

PFF: Eu fiquei muito feliz quando vi o conceito A do curso de economia. O Departamento está de parabéns. Todos os professores, servidores e alunos. O Departamento tem grandes valores. Acredito que o nosso estudantado tem potencial. Este conceito obtido deve servir como incentivo. Apesar de todas as dificuldades, todas as adversidades, o DECON conseguiu resultado positivo. Tem que ser interpretado como desafio para que a gente possa fazer melhor. Temos que nos preocupar também com a questão do mercado de trabalho. Qual a nossa relação com

o mercado de trabalho? Ele vai conseguir emprego do outro lado? Será que é isso que o mercado está precisando do outro lado? Eis uma questão de fundamental importância. Nós estamos com bons economistas segunda avaliação externa, mas temos que colocar bons economistas na avaliação do mercado, para que esses economistas possam exercer sua função e realizarem-se como profissionais e servir à sociedade. Outra questão também importante é o custo de obtenção disso. Quanto custa para a sociedade cada aluno formado. A taxa de evasão não pode continuar. É necessário a existência de uma estratégia para acabar com a evasão. Precisamos estar mais integrados com a sociedade. Não apenas com o setor público. Mas mais integrados com as ONGs, com a realidade. É preciso despertar um senso maior de responsabilidade dos nossos alunos, até para que haja mais motivação. É necessário motivar um senso de compromisso para com a transformação. Maior senso de compromisso até com o próprio mercado de trabalho.

IE: Como o Senhor analisa a proliferação das universidades particulares?

PFF: Grande parte da população não chega a universidade. É filtrada ao longo do caminho. Em todos os setores, temos demanda reprimida. Se as universidades particulares absorverem essa demanda reprimida, elas vão adicionar uma massa de formandos a mais no mercado. A qualidade desta massa tem que ser questionada. Deve existir uma política de controle dessa qualidade. Daí a importância do Provão, daí a necessidade de mecanismos de fiscalização desses cursos lançados. O papel a ser desempenhado pela universidade federal continua sendo central e determinante. Todavia se faz necessário que se preserve os valores dela e melhore suas pesquisas, sua extensão. Imobilizada ela perde seu espaço. As universidades federais vão ter que competir: O mercado

vai exigir mais delas. O tempo atual exige formas diferentes de educar. Nós temos que estar abertos a essas mudanças, senão seremos engolidos. Esse é o grande desafio das universidades federais.

IE: Qual o tratamento dispensado pelo FHC às universidades federais?

R- Como professor universitário eu esperava do Presidente Fernando Henrique um tratamento diferenciado com relação à universidade. Sabemos da importância e do papel do conhecimento. Sabemos da história do Fernando Henrique Cardoso. Achávamos que ele faria mais pela universidade. Talvez o que tenha acontecido tenha sido uma escolha de prioridade. O ministro da educação deixou claro que começaria a re-forma a partir do ensino básico. Na verdade, a universidade ficou presa ao tratamento que foi dado ao setor público como um todo, dentro da reforma mais terrorista que foi feita contra o servidor. Agora, não precisamos ter uma postura consistentemente ante o servidor, pelo contrário. Acho que você só presta um serviço de qualidade se você tiver o agente prestador de serviço motivado, empolgado e comprometido. Esse foi o grande erro do governo de FHC- o tratamento dado ao servidor como um todo. Verifica-se a ausência de uma política de valorização do servidor efetivo. E a universidade toda entrou dentro dessa vala comum. A reforma da educação brasileira começou pela educação de base. Nós gostaríamos que com o tempo ela continuasse e pudesse chegar até a universidade. A universidade tem que servir mais - em termos de pesquisa, extensão e de ensino. Proporcionar escolaridade para um número cada vez maior de pessoas. E ao mesmo tempo, valorizar e confiar mais nas pessoas que fazem a universidade. O ensino básico foi bastante ampliado na segunda metade da década de noventa, por conta do aumento da rede pública. Na cidade de Teresina, por exemplo, toda criança de 7 a 14 anos está na escola. O desafio agora é qualitativo. É a redução das taxas de evasão, redução de taxas de repetência e aumento da qualidade na educação. Enfim, é mostrar para a sociedade que está se fazendo educação, e educação com qualidade ●

Notas sobre os ciclos econômicos da agropecuária piauiense

William Jorge Bandeira*

Ao longo de toda a História do Piauí a agropecuária sempre se apresentou como a base da economia estadual. Desde o século XVII, o setor rural piauiense passou por quatro fases (ciclos econômicos) bem distintas de sua evolução.

Na primeira fase que vai do século XVII ao final do século XIX, reinou quase soberana a atividade pecuária, embora o algodão tenha tido alguma importância em um determinado momento, conformando novas relações de produção no campo e geradora de divisas para os cofres públicos.

A pecuária passou por dois momentos distintos. O primeiro, quando as fazendas piauienses participaram ativamente do comércio de carne no Nordeste e em Minas Gerais e, num segundo momento, quando perde esses mercados e se transforma em atividade de caráter de subsistência. A pecuária foi importante na formação do povo e da estrutura agrária prevalecente até hoje. Estrutura altamente concentrada em termos de propriedade das terras, mas pouco contribuiu para a formação de uma economia mais moderna e diversificada, dado que a mesma era desenvolvida com baixos níveis tecnológicos e relações de trabalho não-monetizadas.

O extrativismo dominou a cena econômica durante a primeira metade do século XX. Durante o período de 1900 a 1950, o extrativismo representou a participação do Piauí no mercado externo através da exportação de borracha de maniçoba, cera de carnaúba e amêndoa de babaçu. Cada qual sendo importante em sub-períodos diferentes determinando mudanças de grande vulto nas relações econômicas estaduais, sobretudo na conformação de uma estrutura comercial mais densa e avanços significativos no contexto urbano (formação das cidades) e no setor público.

No entanto, o extrativismo, a exemplo da pecuária, não propiciou

grandes avanços na modernização e na diversificação da economia, pois não foi capaz de gerar acumulação de capitais financeiros suficientes para aplicar em outras atividades, não propiciou desenvolvimento tecnológico, dadas as condições precárias de produção e relações de trabalho bastante espoliativas (com baixo grau de monetização). Com isso, não foi capaz de gerar demanda para outros setores. Mas, o extrativismo ajudou a consolidar uma estrutura agrária concentrada, praticamente completando os efeitos da pecuária, pois se desenvolveu em regiões de pouca intensidade da presença da pecuária e, como esta última, exigia grandes áreas territoriais para viabilizar uma unidade produtiva rentável.

“Essas relações formaram o chamado latifúndio, que para nós é definido como uma unidade produtiva de baixa produtividade...”

Com a crise de mercados para os produtos do extrativismo no final dos anos 50, o setor rural piauiense inaugura um novo ciclo econômico. Com ele, a economia estadual se integra mais com a economia nacional, em que as relações econômicas predominantes se dão com maior intensidade com o sudeste do país. Este ciclo se estende de 1950 a meados dos anos 70.

Sua maior característica estrutural se refere ao desenvolvimento do sistema latifúndio-unidades de subsistência. Os grandes proprietários de terras, por falta de outras opções, em virtude